


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **0018172-24.2012.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Sumário - Restabelecimento**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Daniel Felipe Scherer Borborema

CONCLUSÃO

Aos 04/12/2013 09:23:46 faço estes autos conclusos ao
 Meritíssimo Juiz de Direito Auxiliar de São Carlos. Eu, esc.
 subscrevi.

RELATÓRIO

Carlos Ferreira dos Santos propõe ação contra Instituto Nacional do Seguro Social Inss aduzindo que em acidente de trabalho adquiriu lesão incapacitante, fazendo jus ao benefício do auxílio doença.

O processo veio encaminhado da Justiça Federal, por decisão declinatória de competência (fls. 69/71), já periciado (fls. 41/47) e contestado (fls. 82/92). O autor foi intimado a manifestar-se (fls. 92), mas silenciou (fls. 92vº).

FUNDAMENTAÇÃO

Julgo o pedido na forma do art. 330, I do CPC, pois a prova documental é suficiente para a solução da controvérsia, e as demais formas de prova não seriam pertinentes ao caso.

A ação é improcedente.

O perito (fls. 41/47), de forma conclusiva, fundamentada e embasada, não impugnada em seu conteúdo por qualquer das partes, após entrevista e exame clínico com o autor, e examinados os documentos que instruem a ação, chegou à conclusão de que com o acidente em fevereiro/2005 o autor efetivamente sofreu trauma no joelho direito, o que inclusive o ensejou o seu afastamento com auxílio doença por certo período. Todavia, prossegue o *expert*, a lesão ligamentar no joelho direito, atualmente, não torna o autor incapacitado para o exercício de suas atividades laborais, uma vez que foi realizado tratamento de qualidade para a lesão. Inexiste comprometimento ortopédico, sequer parcial.

DISPOSITIVO

Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE a ação e CONDENO o autor em custas e honorários advocatícios, arbitrados estes, por equidade, em R\$ 678,00, observada a AJG.

P.R.I.

São Carlos, 05 de dezembro de 2013.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA